



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DEUSIMAR CARDOSO GONÇALVES

**POTENCIAL DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO CHAPÉU, NO
MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.**

PALMAS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

G635p Gonçalves, Deusimar Cardoso
Potencial do Turismo Arqueológico no Morro do Chapéu no
Município de Palmas - TO / Deusimar Cardoso Gonçalves. – Palmas,
TO, 2019.
33 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão de
Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2019.

Orientador: Me. José Mendes Gama Junior

1. Arqueoturismo. 2. Turismo sustentável. I. Junior, José Mendes
Gama. II. Título.

CDD 338

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.
Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DEUSIMAR CARDOSO GONÇALVES

**POTENCIAL DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NO MORRO DO CHAPÉU, NO
MUNICÍPIO DE PALMAS/TO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas, como exigência à obtenção do grau de formação em Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientador: Prof. MSc. José Mendes Gama Junior

PALMAS

2019

DEUSIMAR CARDOSO GONÇALVES

**POTENCIAL DO TURISMO ARQUEOLÓGICO NO MORO DO CHAPEU,
PALMAS/TO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Gestão de Turismo do Instituto Federal do
Tocantins – Campus Palmas, como
exigência à obtenção do grau em
Tecnólogo em Gestão de Turismo.**

Aprovado em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA

Prof. MSc. José Mendes Gama Junior (Orientador) IFTO – Campus Palmas

Prof. MSc. Ana Jaimile da Cunha IFTO – Campus Palmas

Prof. MSc. Janaína Maria Andrade Aires Fonseca IFTO – Campus Palmas

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à meu pai e minha mãe (Salomão e Nerci) ambos já na eternidade por terem formado meu caráter, a meus filhos Otni Masai e Atila Byther, que com meu exemplo lutem com todas as forças pelos seus desejos, pois os sonhos devem ser os alvos, e a atitude garantirá a conquista.

AGRADECIMENTOS

Gratidão em primeiro lugar ao Senhor Deus na pessoa de Jesus o Cristo, pois sinto seu amor e zelo todos os dias de minha vida e nessa força me locomovo, não sou digno de nenhuma de suas benesses, mas sou grato pelo mover do Espírito Santo que me leva nas minhas alturas. Tu é Deus e tremendo o teu agir.

Agradeço também de uma forma muito especial a Jerusa Oliveira, que viu em mim uma águia e me mostrou como voar e plantou uma semente de confiança em meu coração, que hoje rompe a terra cheia de esperança e gratidão, só tenho a dizer, obrigado, obrigado e obrigado.

Igualmente de forma especial agradeço a você Françoise Nunes, a minha doidinha preferida, que me suportou durante esses dias de sufoco da elaboração desse e me fez amar o mundo de quatro patas de uma maneira que não conhecia.

Minha gratidão também a Tony e Fabiana que nos momentos mais difíceis que passei, vocês estavam lá, abrindo as portas da casa e ajudando-me na caminhada, dando aquela força e me enchendo de animo.

Também tenho gratidão por você Nice pois durante toda essa caminhada sempre me apoiou e me deu palavras de incentivos e também por cuidar tão bem de nossos filhos.

E a meus professores que sempre demostraram amor a profissão e uma paciência de Jó para comigo, também minha gratidão. Gratidão também a Professora Mary Senna pela orientação na primeira etapa do pré-projeto e gratidão ao meu orientador Prof. José Mendes pela paciência extraordinária para comigo.

EPIGRAFE

Herdeiros de um vasto patrimônio, somos jogados no mundo da cultura, sem saber que a humanidade tem raízes e que a sociedade em que vivemos é produto de uma longa evolução (BARRETO, 2008, p.20).

RESUMO

O trabalho realizado objetivou identificar o potencial e as possibilidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico no Morro do Chapéu, localizado na APA Serra do Lajeado, no município de Palmas, Tocantins. O turismo arqueológico quando planejado e organizado pode ser um instrumento capaz de proteger, promover e potencializar o patrimônio arqueológico de uma determinada região. A metodologia do trabalho constituiu-se de um estudo bibliográfico, envolvendo conceitos associados à temática em questão. Os resultados apontaram que o município apresenta possibilidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico, dentre elas a existência de atrativos que podem ser planejados através de um Geoparque, de maneira a estabelecer visitas organizadas de forma sistemática. Acredita-se que se trabalhado o segmento do turismo arqueológico de forma sinérgica entre os atores públicos, privados e do terceiro setor, Palmas poderá ter mais uma alternativa econômica, além das já existentes, pois a implantação tanto do geoparque, quanto deste roteiro arqueoturístico no Sítio Arqueológico do Moro do Chapéu, contribuirá para o resgate, a valorização e a preservação das riquezas culturais e naturais da região para as futuras gerações, e também oferecer alternativas à melhoria das condições de vida da população local. Por meio desta pesquisa, foi possível constatar o potencial do Turismo Arqueológico, sendo identificado um projeto em andamento no local que poderá criar estrutura de visitação nos sítios rupestres na área. Por fim, essa modalidade de turismo no Tocantins é considerada inédita, tendo grande potencial no município, podendo se tornar projeto piloto para outras localidades.

Palavras-chaves: Arqueoturismo, Turismo Sustentável, Geoparque.

ABSTRACT

The work aimed to identify the potential and the possibilities for the development of archaeological tourism in Morro do Chapéu, located in the Serra do Lajeado APA, in the municipality of Palmas, Tocantins. Archaeological tourism, when planned and organized, can be an instrument capable of protecting, promoting and enhancing the archaeological heritage of a given region. The work methodology consisted of a bibliographical study, involving concepts associated with the theme in question. The results showed that the city presents possibilities for the development of archaeological tourism, among them the existence of attractions that can be planned through a Geopark, in order to establish systematic visits. It is believed that if the segment of archaeological tourism is worked synergistically between the public, private and third sector actors, Palmas may have another economic alternative, in addition to the existing ones, since the implementation of both the geopark and this archaeotouristic route in the Moro do Chapéu Archaeological Site will contribute to the rescue, appreciation and preservation of the cultural and natural riches of the region for future generations, and also offer alternatives to improve the living conditions of the local population. Through this research, it was possible to verify the potential of Archaeological Tourism, being identified an ongoing project in the place that could create structure of visitation in the rupestrian sites in the area. Finally, this type of tourism in Tocantins is considered unprecedented, having great potential in the city, and may become a pilot project for other locations.

Keywords: Archeotourism, Sustainable Tourism, Geopark.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1 – TURISMO.....	17
2.2 – TURISMO ARQUEOLÓGICO OU ARQUEOTURISMO.....	19
2.3 – TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	20
2.3.1 - APA SERRA DO LAJEADO.....	21
2.4 – TURISMO SUSTENTÁVEL.....	22
2.5 – GEOPARQUE.....	23
3. METODOLOGIA.....	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	29

1 – INTRODUÇÃO

A pré-história foi o período que correspondeu aos acontecimentos que ocorreram com os seres humanos antes da história escrita, portanto, ficando conhecido pelo surgimento de vários artefatos líticos, de pedra lascada no Paleolítico, e posteriormente pedra polida no Neolítico, bem como inscrições e pinturas rupestres.

O Núcleo de Arqueologia do Tocantins-NUTA, possui o maior acervo arqueológico depositado e tombado em museu com salva guarda no Estado do Tocantins. Neste, se encontra registro abundante de pedra lascada e pontas de projéteis, pedra polida, cerâmicas, urnas funerárias com esqueleto completo, além de inscrições, gravuras e pinturas rupestres.

Para uma boa compreensão sobre o arqueoturismo ou o turismo arqueológico, torna-se necessário entendermos a arqueologia e suas vertentes. Arqueologia define-se segundo Pezo-Lanfranco, (2014) como uma ciência que estuda as sociedades do passado mediante a observação do que se chama cultura material (ferramentas, móveis, adornos, vestimentas, armas, artesanatos, construções), os restos orgânicos (restos de comida, lixeiras) e os próprios indivíduos (ossadas, sepultamentos, múmias)

A área de estudo na presente pesquisa está localizada no Morro do Chapéu e entorno, no município de Palmas, Estado do Tocantins, com ocorrências de sítios arqueológicos, compondo um acervo pré-histórico significativo. No entanto, ainda desconhecido, por boa parte da população local e regional.

O Morro do Chapéu está situado na Serra do Lajeado, fazendo parte do Projeto do Cristo Redentor em Palmas, dentro da Área de Proteção Ambiental da Serra do Lajeado-APA.

A geomorfologia da área predomina planalto/chapada com altitude média de 633m, com presença de belezas cénicas da paisagem natural e geográfica. O Morro do Chapéu está posicionado na borda da Serra, com existência de talude ou paredão.

A arqueologia busca conhecer os processos culturais que constituem a

história das sociedades do passado e sua relação com as sociedades contemporâneas, por meio dos testemunhos arqueológicos que são encontrados em diferentes níveis de conservação. Para Childe, (1977, p.10) “os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana”.

Na América do Sul e no Brasil, o período da pré-história está registrado nos sítios arqueológicos, com expressiva riqueza, contendo evidências significativas, as quais possuem vestígios dos povos antigos e suas atividades, em busca de sobrevivência e adaptação ao meio ambiente.

Segundo Berra (2001) a arte rupestre na serra do Parque do Lajeado, na APA e entorno, possui como característica uma grande variedade de pinturas. Essa característica para Ribeiro e Prous (2004) também demonstra que a região fora habitada por povos nômades diversos. Acredita-se com isso, que este estudo é importante a partir do momento que a implantação deste tipo de turismo vem a contribuir para a preservação da história dos primeiros habitantes do Brasil central e também a prática de uma nova modalidade de turismo na região.

A longo prazo, os benefícios trazidos pelo Turismo na cidade serão muitos, tanto sociais como econômicos. A participação da comunidade durante o processo direta ou indiretamente, colaborará para que estes benefícios sejam ainda maiores, (MINISTÉRIO DO TURISMO ,2010).

Segundo a Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins-SECOM (2016), o sítio mais próximo está localizado no Morro do Chapéu, a 50 km do centro de Palmas. Berra (2001), afirma que no Parque Estadual do Lajeado e na APA Serra do Lajeado, são conhecidos cerca de 50 abrigos, lapas ou cavernas com pinturas rupestres. Esses sítios arqueológicos têm como rocha suporte, os arenitos, granitos e rochas básicas (MONTALVANI, 1990). Para Montalvani (1990), a descoberta dos primeiros sítios arqueológicos nesta região iniciou-se com a construção de Palmas, capital do estado do Tocantins, em 1989.

Assim, a presente pesquisa visa analisar a viabilidade e potencial do uso turístico do sítio arqueológico, localizado no Morro do Chapéu na APA Serra do Lajeado, próximo ao centro de Palmas. Conhecer as informações sobre os objetos

arqueológicos na região, de onde são encontrados de modo a analisar a viabilidade de transformação em produto turístico local;

Identificar por meio de observação in loco se há infraestrutura, acessibilidade e segurança para uso turístico. Neste contexto, torna-se necessário prevenir para que as atividades do Geoparque estejam em sincronia com o plano de manejo da APA, permitindo o uso de forma sustentável, com infraestrutura apropriada e adaptada à legislação ambiental e patrimonial.

2 – REVISÃO DE LITERATURA.

2.1 – TURISMO.

Desde a Antigüidade, há relatos de viagens e deslocamentos humanos, a princípio como expedições científicas e por conhecimento do território. Neste contexto, se torna difícil estabelecer o início da atividade turística em si (Moesch, 2002).

Apenas na segunda metade do século XX o turismo surgiu como um fenômeno de massa. O conceito de turismo como entendemos atualmente, surgiu com a modernidade, após a Revolução Industrial. As mudanças nas relações sociais nessa época, deram início ao capitalismo organizado, que possibilitou às classes trabalhadoras conquistas como salário, mais tempo livre e acesso a diversas formas de diversão e lazer. A burguesia buscava imitar a aristocracia e, nessa época, o turismo ganhou poder simbólico e cultural de status social. Foi nesse período que surgiram as primeiras viagens, organizadas pelo inglês Thomas Cook, que deram origem ao turismo moderno (OLIVEIRA, 1998; CAMARGO, 2002).

A melhora nos meios de transporte, a vida nas cidades e o trabalho nas fábricas também foram responsáveis para que o turismo se transformasse em um fenômeno de massa mundial. O grande movimento dos ingleses para o continente europeu contribuiu extraordinariamente com o desenvolvimento dos transportes e da hotelaria. Segundo Oliveira (1998), o desenvolvimento dos meios de transporte, como trem e navio, a evolução dos meios de comunicação e a industrialização fizeram com que o turismo despontasse paulatinamente como um setor econômico.

O conceito mais usado para definir o turismo é o criado pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999, p. 5), caracterizando-o como:

as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

No entanto na década 90 a pesquisadora espanhola Amparo Sancho Pérez, da Universidade de Valência descreveu que o turismo passava por uma: “ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade turística e a distingam de outros setores” (OMT, 2001, p. 35). Observa ainda a seguir, que o debate acadêmico acerca do que é o turismo e sobre os elementos que o compõem, está na origem da existência de múltiplas definições de turismo, cada uma destacando aspectos diversos da mesma atividade. Para Afonso (2012):

Turismo não é apenas o ato praticado pelos turistas, mas também o planejamento da atividade, o sistema comercial montado para atender aos visitantes, os serviços prestados dentro deste sistema e a série de relações, econômicas, políticas e sociais que aconteceu a partir do planejamento e do ato em si.

Por sua vez, Franck Michel (2000) antropólogo e pesquisador das viagens e do turismo, tem uma percepção de um turismo mais humanizado e afirma que viajar é reaprender a duvidar, a pensar, a contestar. Abolindo as fronteiras do desconhecido, viajar é ousar desafiar a banalidade do cotidiano, o conforto seguro, os hábitos seculares. A viagem é a passagem de si ao outro, a ponte de um mundo a um outro. O reencontro humano e o escutar os outros são tão indispensáveis ao universo do viajante, quanto à superação de si marcada pelo esforço e o sofrimento ou ainda a leitura de todos os romances de aventura e outros escritos de viagem deixados por ilustres predecessores.

Viajar é antes de tudo olhar em torno de si para melhor esquecer-se de si, escolher a solidão para melhor aproximar-se dos outros, devorar o mundo por todos os sentidos para melhor apreciar a sua grandeza. E por fim sempre o mesmo refrão: nada vale mais do que a viagem por si mesma. Viajar se aprende viajando.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, na visão de Jacques Lacarrière (1997, p. 21) existem quatro pontos cardeais da viagem – quatro pontos essenciais da atividade turística: descobrir, conhecer, compreender e relatar. Além desses

quatro pontos cardiais, a partir das três funções do lazer (3 D), definidas por Dumazedier (1975), ou seja, a função de descanso, a de divertimento, recreação e entretenimento, e a função de desenvolvimento, Michel (2000) ressalta que essas funções são igualmente a fonte não somente das férias, mas também do turismo em geral. Ademais, para esse antropólogo a viagem é, também, o resultado de uma insatisfação crônica que orienta as pessoas para novos destinos, longínquos de preferência.

Com relação ao desenvolvimento regional pelo turismo, a Organização Mundial do Turismo-OMT, (2003), ressalta que o governo tem importante participação no planejamento da atividade turística, podendo controlar o processo, assumindo o papel de empreendedor, com a possibilidade de coordenar as ações voltadas para a melhoria da infraestrutura, a função regulamentadora do governo é importante para a atividade, visto que boa parte da mesma é voltada para a proteção do consumidor, as ações regulamentadoras surgem também a partir de uma preocupação com os recursos ambientais e culturais do destino turístico.

Com relação ao desenvolvimento regional pelo turismo, a Organização Mundial do Turismo-OMT, (2003), ressalta que o governo tem importante participação no planejamento da atividade turística, podendo controlar o processo, assumindo o papel de empreendedor, com a possibilidade de coordenar as ações voltadas para a melhoria da infraestrutura, a função regulamentadora do governo é importante para a atividade, visto que boa parte da mesma é voltada para a proteção do consumidor, as ações regulamentadoras surgem também a partir de uma preocupação com os recursos ambientais e culturais do destino turístico.

O turismo tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio, pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem que o recebera do turista em primeira mão. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos

prestadores dos serviços turísticos e similares. (BARRETO, 1995).

2.2 – TURISMO ARQUEOLÓGICO OU ARQUEOTURISMO.

Os vestígios arqueológicos são provas de que o passado brasileiro não deu início em cinco séculos de história, onde um dos protagonistas é o invasor europeu. Acredita-se que esta história é marcada não só por séculos, mas por milênios (KIPNIS; SCHEEL-YBERT,2005).

As peças reveladoras dessa época remota são as pinturas e gravuras rupestres, espalhadas por vários lugares do país. Inscritos rupestres que devem ser preservados, constituem valiosos documentos da humanidade e fortalece nosso senso de identidade nacional.

Arte rupestre são representações e expressões do homem pré-histórico sobre as rochas. Nesses sítios, ocorrem gravuras e pinturas, cujos materiais mais usados foram o sangue, saliva, carvão, extratos de folhas, barro entre outros. (ENIAC, 2014).

A arqueologia demonstra que os primeiros grupos humanos se orientavam e localizavam no espaço e no tempo, por meios dos elementos naturais, bem como através das pinturas rupestres registradas nos sítios e pontos de parada, para fins de contagem do tempo, estações do ano, localização, em busca de segurança e proteção.

Os registros rupestres são considerados como “forma de expressão simbólica das populações pré-históricas, englobando pinturas e gravações, executadas sobre suporte rochoso fixo, de qualquer natureza” (NETTO, 2001). Trata-se da reflexão de um tema especial, um ser humano dedicando seu tempo a preparar uma ferramenta ou um pigmento para registrar e comunicar algo, relacionado às mais diversas questões como explicação de fenômenos naturais, transmissão de experiências, delimitação de territórios, homenagens, ritualizações, contagens, entre outros processos.

A valorização e o conhecimento do nosso patrimônio nos remetem a nossa identidade cultural, onde identificamos que aquele elemento faz parte também da nossa história, e sentimos que somos parte integrante disso. Referente a essa identificação, Portuguez (2004, p. 4) atesta: Ir a um sítio histórico (ou pré-

histórico) representa uma viagem no tempo, que permite ao contemplador da paisagem uma experiência de contato emocional e físico com elementos que remontam seu passado, dando mais sentido à história de sua vida, de sua família, de sua comunidade e mesmo de seu país.

O turismo possui vários segmentos e entre eles o turismo cultural que considera os bens de natureza material e imaterial que expressam a memória e a identidade das comunidades tradicionais (MTUR, 2015). E dentro deste segmento encontra-se o turismo arqueológico ou arqueoturismo.

Manzato (2007) afirma que o “arqueoturismo” consiste no processo de deslocamento e permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou subaquática. Outros autores, no entanto, como Scatamacchia (2005) e Veloso e Cavalcanti (2007) incluem na definição a visita a museus e exposições de peças arqueológicas.

Wildmer (2009), entretanto, afirma que:

o turismo arqueológico é caracterizado pelo deslocamento voluntário e temporário de indivíduos a locais onde se encontram vestígios materiais representativos do processo evolutivo do homem no planeta, motivados pelo interesse pelo conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas.

No continente americano a riqueza e herança dos povos antigos estão em evidência há muitas décadas, sendo objeto de restauração e reconstituição das culturas antigas, para resgate da memória e do patrimônio. Neste sentido, a prática do turismo em sítios arqueológicos abre novas oportunidades, gerando renda e fortalecendo os valores sócio culturais, dos povos nativos e tradicionais.

O turismo arqueológico, segundo Funari (2009 apud ALFONSO, 2012) faz parte das concepções mais atuais que giram em torno das interações entre arqueologia e comunidade visando uma ciência mais inclusiva. Em um contexto de aproximação da sociedade com a Arqueologia, o Turismo apresenta-se como um aliado.

A atividade turística promove a divulgação do patrimônio, sua identificação pela população local, sua valorização e reconhecimento, o que gera a consciência da necessidade de sua preservação, além de seu potencial de propiciar melhorias

socioeconômicas para a comunidade (ALFONSO, 2012)

O Turismo pode ser utilizado como opção criativa com vistas à promoção de uma maior interação dos arqueólogos, com a comunidade, dando ensejo a “uma mais profunda compreensão não apenas do passado, mas dos usos presentes do passado” (Funari et al. 2009), o que acarreta melhorias para o futuro.

A arqueologia, por meio de suas pesquisas gera o conhecimento sobre os achados arqueológicos, matéria-prima para o desenvolvimento do turismo arqueológico. Conseqüentemente, esse tipo de turismo promove por meio da visitação, o acesso a esses bens, constituindo-se assim meio eficaz para a divulgação do conhecimento produzido pela arqueologia. Para Manzato (2005, p. 44), o turismo arqueológico ou arqueoturismo:

Consiste no processo decorrente de deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueoturísticos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática.

Dessa forma, percebe-se que o turismo arqueológico é um segmento cujos atrativos são os vestígios arqueológicos deixados pelas civilizações passadas, que estimulam o interesse das pessoas em conhecer os locais onde estes encontram-se disponíveis. É válido destacar na conceituação de Manzato, que o turismo arqueológico também pode ser denominado de arqueoturismo, referindo-se assim a uma terminologia utilizada para simplificar o segmento. Outra definição encontrada para este segmento é apresentada por Widmer (2009, p.69), que o define como:

Um segmento de turismo no qual ocorre o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos, motivados pelo interesse ou desejo de conhecimento de aspectos pertinentes a culturas passadas, a locais onde se encontram vestígios materiais representativos do processo evolutivo do homem no planeta, deixados por sociedades pretéritas.

No Brasil o uso do patrimônio arqueológico com finalidades turísticas ainda é incipiente, se comparado a outros países e mesmo contando com um imenso manancial de sítios arqueológicos, tanto pré-históricos quanto históricos, fato atestado por diversos autores como Funari (2003), Prous (1999), Guimarães (1999) e Morais (2003). No país percebe-se que poucos são os sítios arqueológicos que

apresentam projetos turístico ou museológicos, onde os vestígios arqueológicos podem ser observados e compreendidos através de informações e sinalização adequadas (Scatamacchia, 2005). Ainda conforme alguns autores acima citados, o turismo arqueológico pode ser um instrumento de revitalização do patrimônio arqueológico, através de mecanismos de proteção, conservação e divulgação.

De maneira clara, Tresseras (2004), comenta que na atualidade, na Espanha, tem-se criado produtos de todos os tipos para aproximar a arqueologia dos visitantes, ou seja, para oferecer produtos turísticos diferenciados onde a arqueologia é o principal atrativo. O turismo arqueológico apresenta-se hoje como um importante veículo de desenvolvimento socioeconômico em diversas localidades além de ser um potencial campo de pesquisas para o conhecimento das populações humanas do passado. Constata-se também que esse pode ser aproveitado como fonte de cidadania cultural.

2.3 – TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Unidades de conservação (UCs), Segundo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2017) são espaços territoriais e seus componentes que possuem características naturais relevantes. Elas são legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As unidades de conservação podem ser de uso indireto, quando não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, e de uso direto quando envolvem o uso comercial ou não dos recursos naturais. As UC's de uso sustentável permitem a compatibilização da conservação da natureza e seu uso de forma sustentável.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Federal 9.985/00) as UC's dividem-se em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. A primeira tem como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

A visitação pública para atividades de ecoturismo e de educação ambiental só pode ser desenvolvida em algumas categorias de unidades, tanto de Uso Sustentável como de Proteção Integral (MMA, 2017).

A grande maioria das categorias de unidades de conservação é permitida

a visitação pública, por meio de atividades de ecoturismo e de educação ambiental. Mas em todas elas há restrições, as quais referem-se àquelas contidas em regulamentos próprios (decretos), em Planos de Manejo, em consultas a proprietários, a concessionários (no caso de Reservas Extrativistas) de terras inseridas em áreas protegidas ou a conselhos gestores, entre outras regras. Assim sendo para se fazer uma atividade turística dentro de uma unidade de conservação, tem-se como principais obstáculos, os entraves legais (autorizações) dos órgãos competentes, que no caso da APA Serra do Lajeado seria o IPHAN e Naturatins e a observância do plano de manejo da APA.

2.3.1 - APA SERRA DO LAJEADO.

O processo de construção da cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, desencadeou uma frenética ocupação das áreas nas proximidades da Serra do Lajeado, que se localiza a leste da cidade, caracterizando-se como uma porção geomorfológica elevada, cuja sua disposição apresenta-se no sentido sul-norte, acompanhada por aberturas de estradas de acesso e conseqüentemente maior supressão da cobertura vegetal.

Neste contexto, em 1989 o então governo do Estado foi alertado sobre a instabilidade ambiental da Serra do Lajeado, devido ao rápido processo de ocupação, o que colocava em risco, entre outros fatores, a manutenção da qualidade da água para o consumo dos habitantes da futura capital.

Diante deste quadro, foi promulgado o Decreto 213/89 criando a ARESL - Área de Representação Ecológica da Serra do Lajeado. Terminologia que não foi bem recepcionada pela Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC, sendo posteriormente transformada em APA - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (PLANO DE MANEJO APA LAJEADO, 2003, p. 25), que atualmente engloba o Parque Estadual do Lajeado, área próxima dos sítios arqueológicos.

De acordo com o Plano de Manejo da APA Serra do Lajeado (2003), esta área representa importante zona de recarga dos aquíferos profundos, havendo a ocorrência de veredas e matas ciliares que devem ser preservadas com vistas à manutenção de sua biodiversidade. No mesmo sentido, o referido plano descreve que o solo da APA possui determinadas características que denotam a

predisposição a processos erosivos, havendo, portanto, a necessidade de cuidados especiais quanto ao uso do solo na região.

2.4 - TURISMO SUSTENTÁVEL.

A sustentabilidade se firmou como estratégia de desenvolvimento no Relatório Brundtland, resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED). Tal comissão de uma concepção multidimensional para definir de desenvolvimento sustentável, de forma a não apenas atender às demandas do presente, mas também não comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias demandas (LIMA, 2002).

A sustentabilidade prevê o distanciamento do turismo de massa, também conhecido como Turismo Convencional, e o incentivo a outro tipo de Turismo, denominado não-convencional. As principais diferenças entre ambos são a forma de planejamento e a implantação de atividade, a motivação da viagem do turista e o respeito as comunidades receptoras, ao meio ambientes e as diferenças culturais e sociais.

O conceito de turismo sustentável surgiu a partir de um desdobramento das discussões sobre turismo alternativo e desenvolvimento sustentável. A OMT considera como sustentável o turismo:

(...) ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Além disso, que exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Alguns autores, como Anjos (2010), questionam o conceito de desenvolvimento sustentável, ressaltando que as três dimensões básicas (ambiental, econômica e social) possuem lógicas diversas e, muitas vezes, incompatíveis. Assim, esse conceito acaba por ocultar as desigualdades de poder entre mercado, Estado e comunidade, obliterando as divergências existentes entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Krippendorf (1989) também ressalta que os diversos setores da sociedade não são equivalentes e na prática, tanto a exploração dos recursos naturais quanto

as ações do Estado, acabam sendo subordinados à dimensão econômica.

Swarbrooke (2000) traz alguns questionamentos sobre o conceito de turismo sustentável, como a criação de ideias amplamente aceitas e pouco questionadas, os problemas na aplicação prática dos princípios propostos e o uso do rótulo “sustentável” como estratégia de marketing para aumentar os lucros e atrair novos segmentos de mercado. É importante ressaltar, que a proposta do autor não é invalidar esses princípios, mas chamar a atenção para a complexidade da questão, que é abordada, em muitos casos de maneira simplista.

Com a ampliação das discussões sobre turismo sustentável, o conceito de capacidade de carga (ou suporte) passou a ser adaptado para a atividade turística. De acordo com definição da OMT, capacidade de carga de um atrativo turístico seria:

(...) o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local. (OMT, 2003).

Em um contexto de aproximação da sociedade com a Arqueologia, o Turismo apresenta-se como um aliado. A atividade turística promove a divulgação do patrimônio, sua identificação pela população local, sua valorização e reconhecimento, o que gera a consciência da necessidade de sua preservação, além de seu potencial de propiciar melhorias socioeconômicas para a comunidade (ALFONSO, 2009).

O turismo arqueológico de forma sustentável, conforme Bastos (2002) além de exigir constante manutenção da base dos recursos culturais arqueológicos procura, sobretudo, preservar o objeto de visitação e pode ser visto como uma alternativa de preservação que deve ser levada em consideração sempre que possível, pois é fonte permanente de recursos, de empregos e de envolvimento comunitário.

2.5 – GEOPARQUE.

Para reforçar os projetos de conservação do patrimônio geológico em seu marco dos programas de Reservas da Biosfera e do Patrimônio Mundial, a UNESCO, (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) desde 1997, após a realização da sua 29ª Conferência Geral, desenvolveu o

Programa Geoparques a partir de várias fontes, principalmente europeias. O Programa, que foi apresentado à comunidade científica em 1999, destaca-se por atender à necessidade específica de reconhecimento e conservação do patrimônio geológico, da mesma forma como o Programa Reserva da Biosfera se destaca por sua ênfase no patrimônio biológico.

O programa trata de uma série de parques geológicos globais. Com a base filosófica da “Declaração dos Direitos da Memória da Terra”, de Digne, no ano de 1991, os geoparques são áreas com características de especial significância geológica, representativas da história geológica de uma região (UNESCO, 1999).

Um geoparque deve ter não somente significância geológica, mas também valores ecológicos, arqueológicos, históricos ou culturais, os quais são vistos como importantes componentes. Antes de se candidatarem à assistência da UNESCO, os proponentes são orientados a respeitar os termos apresentados no documento Operational Guideline for Geopark Seeking UNESCO’s Assistance de 2004.

Em 2006, foi reconhecido pela UNESCO o primeiro geoparque do Brasil, Geoparque Araripe, que está localizado no Estado do Ceará, com uma área aproximada de 5.000 km². Segundo o site de divulgação do geoparque, sua candidatura foi uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, coordenado pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

3 – METODOLOGIA.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e descritiva que Martins (1994, p. 30), afirma que a pesquisa descritiva, “tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno”. (MARTINS, 1994, p. 28).

Desta forma, o pesquisador observa, analisa, registra e faz a correlação entre os fatos ou fenômenos.

Alves (2007, p. 54) descreve que “esse tipo de pesquisa permite o levantamento bibliográfico e o uso de entrevistas”. Quanto ao seu delineamento, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de campo, uma vez que, de acordo com Pádua (2000, p. 52) a pesquisa bibliográfica tem como objetivo “colocar o

pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito de seu tema de pesquisa”.

O estudo é de natureza qualitativa que, citando Alves (2007, p. 58) esta pesquisa tem as seguintes características:

O pesquisador procura captar situação ou fenômeno em toda a sua extensão. –Trata de levantar possíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão, daí a experiência do pesquisador ser fundamental. –O pesquisador colhe informações, examina cada caso separadamente e tenta construir um quadro teórico geral.

Esta pesquisa descritiva-qualitativa teve como foco principal objeto, o sítio arqueológico do Morro do Chapéu e entorno, com intuito de analisar a possibilidade do uso turístico do mesmo, levando em consideração as questões de segurança, e preservação ambiental e patrimonial.

Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o objeto de estudo de modo a conhecer mais profundamente sobre a temática e o objeto de estudo mais especificamente.

Dificuldades para a aplicação de questionário:

Para se checar a possibilidade da implantação do arqueoturismo no citado Sítio, foi elaborado um questionário para ser aplicado na forma de entrevista aos órgãos públicos IPHAN e NATURATINS, com o propósito de entender a forma como cada instituição vê o sítio e sua aplicação como atrativo turístico, e aos residentes próximos ao atrativo visava colher suas impressões sobre o impacto e a importância do empreendimento para suas vidas. Todavia a iniciativa não foi bem sucedida devido os órgãos terem se negado a responder tanto na forma de entrevista, como de questionário enviado via email, alegando não terem pessoal disponível para buscar em seus dados as informações solicitadas.

As entrevistas com os residentes próximos ao projeto, também não foram possíveis devido a varias propriedades do entorno terem sido invadidas e haver por parte dos invasores muita desconfiança em relação tanto ao pesquisador quanto ao questionário, e por isso não aceitaram responder a pesquisa, prejudicando dessa forma a apresentação acadêmica mais elaborada para a

utilização do Sítio Rupestre.

No entanto a implantação do atrativo torna-se viável, segundo o advogado Parrião Junior, pois o sítio rupestre encontra-se no paredão do Morro do Chapéu, cuja a propriedade é da Associação Palmas para Jesus Cristo, podendo ser acessado via escada que será construída ao lado do atrativo, de forma segura tanto para o visitante quanto para o sítio.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.

Na pesquisa realizada, constatou-se potencial para implantação do Turismo Arqueológico na região, tendo em vista a existência de dezenas de sítios preservados na Serra do Lajeado, em Palmas.

Atualmente existe um projeto em andamento para criação do Monumento Cristo Redentor, no Morro do Chapéu. A infraestrutura no local até momento, consiste na construção da base para montagem do monumento. O corpo do Cristo se encontra no Ceará, já modelado em fibra pela empresa Construtora Wetter.



Figura 01. Mapa de localização do Morro do Chapéu, Cristo Redentor. Coordenadas geográficas de 10°11'52" S e 48°14'55" O, altitude de 633m.

A instituição (Associação Palmas para Jesus Cristo) responsável pela

construção do Monumento do Cristo em Palmas, pretende edificar um complexo turístico, que terá formato de Geoparque. Dentre as variedades planejadas, o monumento terá mirante para a cidade, teleférico-bonde, tirolesa, trilhas e visitação aos sítios arqueológicos localizados no entorno do Morro. Figura 02 e 03.

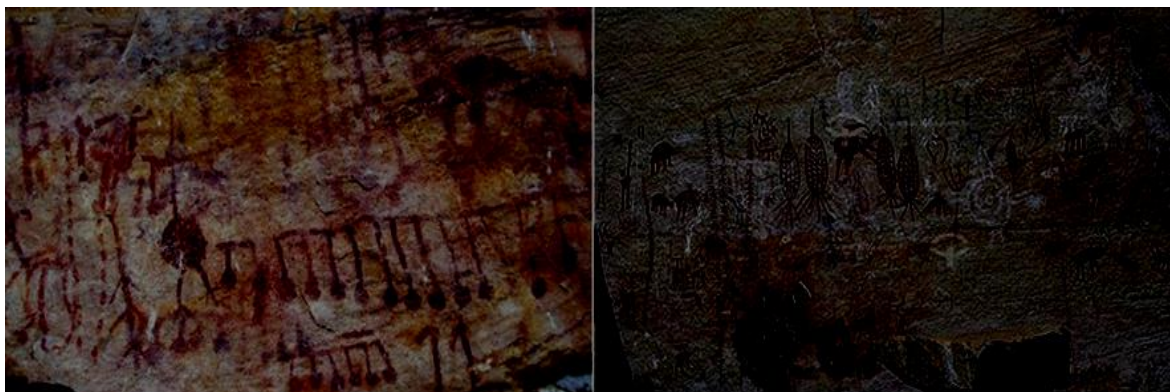


Figura 02. Mosaico com pinturas rupestres na região da Serra do Lajeado. <https://conexaoto.com.br/2013/05/17/inscricoes-rupestres-do-parque-do-lajeado-sao-objetos-de-pesquisa>. Figura 03. Pinturas com elementos de marcação de território e de tempo. <http://tyba.com.br/br/registro/24-28-01-05.jpg/-Pinturas-Rupestres-no-Sitio-Arqueologico-Vao-Grande---Serra-do-Lajeado---Palmas---Tocantins---Brasil>

Neste sentido, acredita-se que por meio do turismo arqueológico de forma sustentável, pode-se disponibilizar o acesso aos sítios de maneira que promova educação patrimonial, ambiental e cultural, fortalecendo a cultura e a ancestralidade.

A implementação de geoparques, originalmente na Europa, mas atualmente com expressão em todo o Mundo, veio possibilitar a criação de novas estratégias para o desenvolvimento do Arqueoturismo. Centrados na conservação do patrimônio geológico e na perspectiva do seu uso sustentável, os geoparques permitem veicular, não só conhecimentos de caráter técnico-científico, mas também valores promotores de uma cidadania responsável.

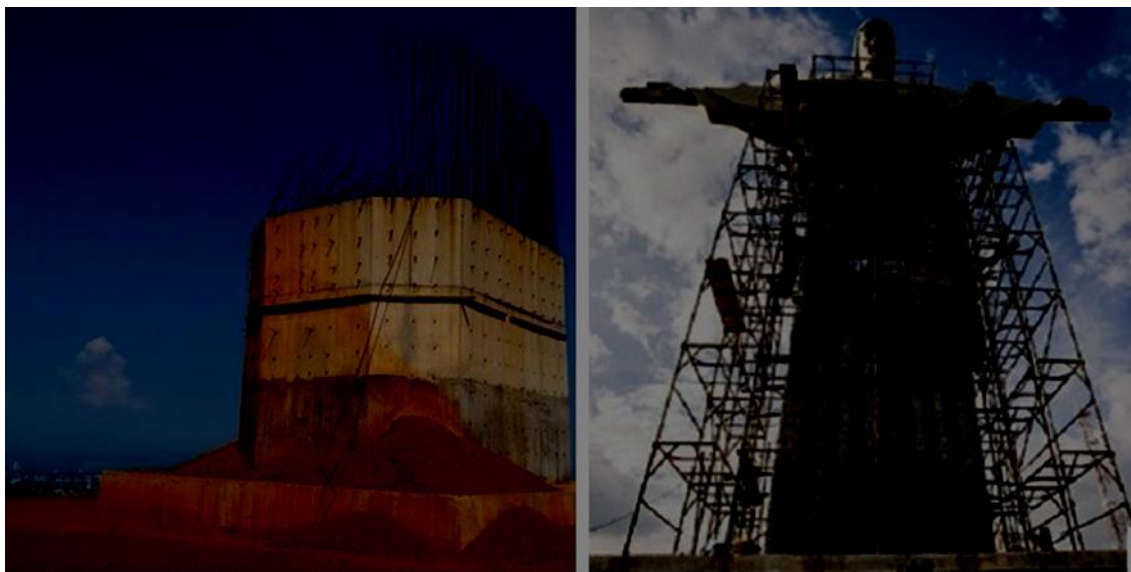


Figura 04. Base para construção do Cristo Redentor em Palmas. <https://g1.globo.com/to/tocantins>. Figura 05. Cristo construído no Ceará, a ser montado no Morro do Chapéu em Palmas. <http://www.wetterlt.com.br/index.php/nossos-projetos/63-cristo-de-palmas>.

Segundo o Advogado responsável pela Associação Palmas para Jesus Cristo (Parrião Junior), o projeto tem como objetivo criar esse símbolo nacional, como referência de turismo religioso e de aventura, no contexto, ampliado para formato de Geoparque. No local, ocorre a formação geológica Pimenteiras, que pertence ao Grupo Geológico Canindé, período Devoniano, Bacia Sedimentar do Parnaíba. Nessa formação geológica, ocorrem também sítios paleontológicos com fósseis, que podem ser explorados turisticamente no futuro.

Neste compasso, no que tange ao Geoparque, a área possui vista panorâmica para a cidade de Palmas, podendo ter uma perspectiva de 180° de visão. O potencial para mirante é extraordinário. O projeto prevê a criação de bonde/teleférico para transporte de Palmas até o Cristo. Na região existem cachoeiras, trilhas ecológicas e de aventura, bem como estrutura natural para tirolesa, rapel e turismo junto aos sítios arqueológicos no entorno, com ocorrência de arte rupestre.

A arte rupestre, além da função estética, servia também para reafirmar a identidade cultural e delimitar territórios (MARTIN, 1984). Prous (1989) afirma que a arte rupestre é uma forma de comunicação através de convenções, que consegue relacionar as pessoas através do tempo. Sendo que as representações rupestres refletem o “simbolismo”, os “mitos” e os “ritos” das sociedades humanas que as

produziram.

A arte rupestre de acordo com Kneip e Pallestrini (1991, p.45) são “as pinturas e gravuras executadas sobre rochas (do latim ‘rupes’) em épocas pré-históricas”. Estas pinturas (pictografias) ou gravuras (petróglifos – entalhados na rocha) “de um modo geral, traduz a necessidade do homem de projetar em forma de idéias, pensamentos e sentimentos que deseja transmitir”.

As pinturas aparecem nas cores vermelha, ocre, branca e preta. Existem grande variedade de formas e símbolos pintadas e gravadas nas rochas, com ocorrências de figuras humanas (antropomorfas), de animais (zoomorfas), de vegetais (fitomorfas) ou geométricas. As mesmas são encontradas na superfície rochosa de grutas, de abrigos, em pedras isoladas ou agrupadas em campo aberto na região.

O potencial para o turismo arqueológico na área de estudo, consiste na arte rupestre. Os sítios arqueológicos que apresentam maior potencial para a atividade turística são os sítios rupestres, os sambaquis e os sítios históricos, por possuírem, entre outros fatores, a visibilidade que podem alcançar (SCATAMACCHIA, 2005; PEREIRA E FIGUEIREDO, 2007; SANTOS, 2007). A visibilidade destacada destes sítios, repercute no produto turístico inédito no estado.

Segundo Veloso e Cavalcanti (2007) países como a Espanha, Portugal, Egito, México, Peru, Bolívia, Itália, Grécia e outros, aonde o turismo arqueológico é explorado, indicam que iniciativas como estas podem se tornar uma alternativa para a geração de renda, em função da visita anual de milhares de turistas. Ainda segundo os autores, no Brasil, apesar do grande potencial para essa atividade e da visita informal, que já ocorre em diversos sítios, o turismo arqueológico é ainda incipiente, tendo poucos sítios com gestão planejada voltada para o uso turístico.

No Brasil, segundo Ministério do Turismo (2010), existem os seguintes atrativos consolidados: 02 áreas com conjuntos de sítios pré-coloniais de arte rupestre: Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e Ilha do Campeche (SC); monumento arqueológico de arte rupestre: Itacoatiaras do Rio Ingá (PB); sítios rupestres de Serranópolis-GO: que estão em uso turísticos ou em estruturação para o mesmo.

Neste compasso, quando a construção do Cristo Redentor foi iniciada no Morro do Chapéu, constatou-se a existência de sítios rupestres na localidade.

Assim, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, embargou a obra, exigindo estudos arqueológicos para verificar viabilidade do projeto. O estudo foi realizado pelo Núcleo de Arqueologia do Tocantins-NUTA, sendo liberada a obra, após conclusão e cumprimento de medidas de prevenção aos possíveis impactos.

Para o Ministério do Turismo (2007) as vantagens do turismo arqueológico estão relacionadas a promoção da sustentabilidade e proteção do meio ambiente, criando e fortalecendo a identidade turística regional. Nesse aspecto podemos destacar, o incentivo do empreendedorismo; o estímulo a criação de novos negócios e a expansão dos que já existem; a ampliação e qualificação dos serviços e equipamentos turísticos; a facilitação do acesso das pequenas e microempresas do mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional; a consolidação e agregação de valor aos produtos turísticos; a promoção do desenvolvimento regional.

A implantação destes roteiros arqueoturísticos dos sítios rupestres, poderá contribuir para o resgate, a valorização e a preservação das riquezas culturais e naturais da região, e também oferecer alternativas à melhoria das condições de vida da população local, como a obtenção de renda, e inclusão social, além de auxiliar economicamente na conservação desses sítios. (Fellini, 1983).

O Arqueoturismo tem a capacidade de resgatar o conhecimento dos nossos ancestrais, compartilhando informações importantes sobre o passado, promovendo aproximação com o presente. Desta forma, a implantação do turismo arqueológico no Morro do Chapéu, apresenta-se como uma ferramenta de divulgação do saber para a presente e futuras gerações de forma sustentável.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No decorrer desse trabalho foi verificado grande potencial para implantação de turismo arqueológico, em sítios rupestres no Morro do Chapéu. Com a existência do projeto do Cristo Redentor no local, torna-se viável a visita desses sítios dentro do contexto do Geoparque previsto.

Os estudos arqueológicos foram desenvolvidos pelo NUTA, para fins de avaliação dos impactos ambientais da obra nas proximidades e possível visita.

Essa modalidade de turismo no Tocantins é inédita, apesar do grande

potencial em todo o estado. O arqueoturismo vem como nova modalidade de turismo de visitação aos sítios, conforme a legislação ambiental e patrimonial. Gerando emprego e renda, valorizando e divulgando a riqueza pré-histórica deixada por nossos ancestrais.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo. fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática. 2002.

ALFONSO, L. **O Patrimônio Arqueológico e sua vinculação a Circuitos Turísticos não-Convencionais no Brasil**. Revista Digital História e História. Disponível em; . Acesso em 15 Set. 2017

ALFONSO, L. Prado. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**, Tese de doutorado USP.

ANJOS, Ery Euzébio. **Desenvolvimento sustentável**: “A insustentável leveza de ser”. Revista Humanas, nº 2, 1-14, 2010.

ARTE RUPESTRE <https://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais/article/view/201/231>
acesso 16/10/20 19 V Seminário Multidisciplinar ENIAC 2014 , Vol. 1, Nº 5, 8.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação do estudo do turismo**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

BARRETO, Euder Arrais et. al. **Patrimônio Cultural & Educação**: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.
BENI, Mario. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

BASTOS, R.L. 2002. **Patrimônio, Arqueologia, Preservação e Representações Sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina**. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

CAMARGO, H. **Patrimônio Histórico Cultural**. São Paulo: ALEPH, 2002

CHILDE, V.G. **Introdução a Arqueologia**. Lisboa: Publicações Europa, 1961.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento Teórico do Lazer**. São Paulo: SESC, 1975.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

EDER, W.; **PATZAK**, M. **Geoparks - geological attractions: a tool for public education, recreation and sustainable economic development**. Episodes, Beijing

FUNARI, Pedro Paulo; **PINSKY**, Jaime (orgs) **Turismo e patrimônio cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P.P. **Arqueologia**. São Paulo, Contexto, 2003

GUIMARÃES, C.M. 1999. **Sugestões para uma política (urgente e de longo prazo) a ser adotada para o patrimônio Arqueológico de Minas Gerais**. In Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. Belo Horizonte, IEPHA.

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/10/26/obra-do-cristo-redentor-e-desembargada-mas-depnde-de-doacoes-para-ser-retomada.ghtm>

KNEIP, Lina Maria; **PALLESTRINI**, Luciana. **Brasil antes do descobrimento**. Curitiba: EDUCA, 1991.

KIPNIS, Renato; **SCHEEL-YBERT**, Rita. **Arqueologia e Paleoambientes**. In: **SOUZA**, Celia Regina de Gouveia; **SUGUIO**, Kenitiro; **OLIVEIRA**, Antônio Manoel dos Santos, Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005.

Lei Federal 9.985/00 , Sístma Nacional de Unidades de Conservação – SNUC 2000

Lima, G. 2002. **Educação e Sustentabilidade: Possibilidades e falácias de um discurso**. 1 Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em ambiente e sociedade. 6 a 9 de Novembro de 2002. Indaiatuba - SP. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual1/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/gustavo_lima.pdf. Acesso 15 de Setembro 2019

MANTOVANI, L.E. 1990.-**Avaliação do meio físico da reserva do Lajeado, região de Palmas, Tocantins**. Embrapa, Naturatins.

MARTINS,Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade; **LINTZ**, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Altas, 2000

MANZATO, Fabiana.**Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico**. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. Vol. 5, nº 1, p. 99-109, 2007.

MICHEL, Franck. **L'autre sens du voyage: manifeste pour un nouveau départ**. Paris: Éditions Homnisphères, 2003.

MICHEL, Frank. **Désirs d'Ailleurs: essai d'anthropologie des voyages**. Paris: Armand Colin/HER, 2000.

Ministério do Turismo. 2010. Roteiro pelos sítios arqueológicos de Minas Gerais será palco de programa da OMT- Voluntários de várias regiões do mundo desenvolveram projetos de cooperação técnica no Brasil. Disponível em: 20100423-4.html. Acesso em: Fevereiro 2019.

Ministério do Turismo. 2010. Aprendendo com o México – Projeto Excelência em Turismo do Mtur levará empresários brasileiros à Riviera Maya para observar a integração de diferentes segmentos turísticos. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20101125-4.html. Acesso em: Fevereiro 2019

MOESCH, M. A produção do saber turístico. (2 a ed.) São Paulo: Ed. Contexto, 2002

MORAIS, José Luiz de, A arqueologia e o turismo. IN: **Turismo e Patrimônio Cultural.** 2ª Ed, São Paulo: Contexto, 2002.

Organização Mundial do Turismo. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

OMT – Organização Mundial do Turismo (1999), Conta Satélite do Turismo (CST), Quadro Conceptual. Trad. Direção Geral do Turismo. Madrid: Organização Mundial do Turismo.

OLIVEIRA, D. Turismo e Consumo: a quarta geração turística. In: GASTAL, S. (org) Turismo: nove propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: Edelbra, 1998.

PEREIRA, Edith; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e Arqueologia na Amazônia-Brasil: Aspectos de preservação e planejamento. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. UAM, p. 1-13, 2007

Pesquisas arqueológicas no Tocantins
<https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/118/110>
Acesso 17/010/2019

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004.

PROUS, A., 1989. Os sepultamentos da sondagem nº 1 do Grande Abrigo de Santana do Riacho. Relatórios das Escavações Arqueológicas. Belo Horizonte: Setor de Arqueologia, Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROUS, A. 1999. **Algumas considerações sobre as perspectivas da Arqueologia no Estado de Minas Gerais.** In: Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. Belo Horizonte, IEPHA, (texto impresso).

Pezo-Lanfranco, L., Petronilho, C. e Eggers, S. **Descobrimo a Arqueologia: o que os mortos podem nos contar sobre a vida?** São Paulo, Editora Cortez, 2014.

Scatamacchia, M. 2005. **Turismo e Arqueologia.** São Paulo: Aleph, (Coleção ABC do Turismo).

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).

TRESSERAS, J.J. 2005. **Los Parques Arqueológicos y la apuesta por el desarrollo local y regional a partir del turismo.** In: III Jornada sobre Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Barcelona, Fundación Abertis, Atas. Disponible em: < www.fundacioabertis.org >. Acesso em outubro de 2019

UNESCO. **UNESCO Network of Geoparks,** Paris, 1999.

UNESCO. **Operational guideline for National Geoparks seeking UNESCO's assistance,** 2004. Disponível em: <http://www.unesco.org/science/earthsciences/geoparks/geoparks.htm>

VEAL, Anthony J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo.** Tradução: Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011. (Série turismo).

VELOSO, Tânia Porto Guimarães e CAVALCANTI, José Euclides Alhadas **O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico.** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2007.

WIDMER, G. M. **Turismo arqueológico.** In: **PANOSSO NETO, A.; ANSARAH, M.G. R.** (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas.** Barueri: Manole, p. 67-88, 2009.